

Duque diz que dívida pode consagrar Sarney

1985

O deputado Hélio Duque, vice-líder do PMDB, disse que o êxito ou o insucesso do governo José Sarney vai depender do tratamento que será dispensado à questão da dívida externa e sustentou que o pagamento previsto para este ano é da ordem de 12 bilhões de dólares, cerca de 65 trilhões de cruzeiros, mais de dois terços do orçamento do País.

Hélio Duque sustentou que se a dívida externa — que tem todas as características de um problema fundamentalmente político — for tratado com sensibilidade, decisão e senso de oportunidade, estarão abertas "as portas à retomada do desenvolvimento econômico do País em níveis compatíveis com o pleno emprego e a correção, sem recursos inflacionários, dos aspectos mais graves dos desajustes sociais.

O vice-líder do PMDB defendeu a negociação da suspensão do pagamento da dívida externa durante cinco anos, argumentando que se medida deste alcance não for adotada, o reaquecimento da economia será inviável, a dívida não terá como ser paga e os seus serviços serão pagos contrariando a orientação de Tancredo Neves, de que não se pagam dívidas com a fome do povo. Para o político paranaense, o bom senso indica que se Sarney optar por este caminho, todos os demais problemas nacionais irão sendo progressivamente superados, mas se não o fizer, o Brasil só terá condições de saldar a dívida alienando seu ativo, representado pela Petrobrás, Vale do Rio Doce, o próprio Banco do Brasil, num processo de alienação de soberania e de sensível aumento da dependência do exterior em nível incompatível com os valores da nacionalidade. O deputado Hélio Duque admitiu que uma solução negociada poderá apresentar dificuldades, mas estas, muito possivelmente, seriam contornadas, pois os banqueiros internacionais querem receber, e isto só será possível se o devedor não for expor condições fora de seu alcance, inclusive pela fixação de juros de forma unilateral, e que chegaram a atingir 21 por cento, aumentando a dívida de maneira artificial e inaceitável.

Carta

Na opinião do deputado Israel Pinheiro (PFL-MG), a oitava carta de intenções do Brasil ao FMI vai definir até que ponto haverá alterações no seu relacionamento com aquele organismo internacional e, ao mesmo tempo, clarificar a posição do presidente da República neste setor vital de sua política de governo.

O deputado pela Frente Liberal acredita que não obstante caber a Carlos Lemgruber, presidente do Banco Central, a incumbência formal de elaborar aquele documento vital para o País, o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, certamente terá participação decisiva na sua feitura. Mais: ao fazê-lo, deverá estar imprimindo feição formal a um documento cujos termos terão sido previamente objeto de entendimentos nas rodadas de conversações que deverão ser iniciadas após a fixação pelo próprio Dornelles, perante o Congresso, das linhas pelas quais o Governo deverá desenvolver sua política econômica e financeira.

Para o deputado Arthur Virgilio, um dos vice-líderes do PMDB na Câmara, seria oportuno que nesta nova fase que se tem caracterizado por um correto relacionamento entre o Executivo e os demais poderes, os trabalhos desenvolvidos na Câmara do ano de 1983, pela CPI da dívida externa, fossem examinados com atenção, por conterem depoimentos representando diversas correntes do pensamento econômico e nas suas conclusões, que pretendem apontar alternativas de procedimento para equacionar o problema.

Dívida

O deputado Arthur Virgilio entende que se não for rompido o círculo vicioso representado por uma dívida externa que apesar de sangrar o País com os pagamentos que este faz para resgatá-la, não obstante cresce lenta e inexoravelmente, e hoje já se situa em torno de 105 bilhões de dólares, será difícil desenvolver um programa efetivamente voltado para o social, como pretendia Tancredo Neves e como pretende José Sarney.